

abandono foram Ponta de Pedras (17,7%) e São Sebastião da Boa Vista (16,8%), e as menores foram Gurupá (0,3%) e Curralinho (2,7%).

Outro indicador relevante é a distorção idade-série, que é a proporção de alunos com mais de 2 anos de atraso escolar. No Brasil, a criança deve ingressar no 1º ano do ensino fundamental aos seis anos de idade, permanecendo no Ensino Fundamental até o 9º ano, com a expectativa de que conclua os estudos nesta modalidade até os quatorze anos de idade. Assim como, no ensino médio, ingressando aos quinze anos e concluindo aos dezessete anos de idade. Quando o aluno reprova ou abandona os estudos por dois anos ou mais, durante a trajetória de escolarização, ele acaba repetindo uma série. Nessa situação, ele dá continuidade aos estudos, mas com defasagem em relação à idade considerada adequada para cada ano de estudo, de acordo com o que propõe a legislação educacional do país. Trata-se de um aluno que será contabilizado na situação de distorção idade-série (INEP, 2019).

Em 2017, o Pará teve as piores taxas de distorção idade-série entre as unidades federativas, tanto para o ensino fundamental (29,5%), quanto para o ensino médio (48,0%), alcançando quase o dobro das taxas do Brasil (17,2%, no ensino fundamental, e 28,2%, no ensino médio). Na região, no ensino fundamental, o município de Portel destacou-se com a maior taxa de distorção (50,0%) e a menor taxa ficou com o município de Ponta de Pedras (28,3%). No ensino médio, a pior taxa ficou com o município de Gurupá (75,8%) e a menor distorção foi observada em Ponta de Pedras (43,2%), conforme a tabela a seguir.

Tabela 04 - Distorção Idade-Série Total (%) para os Ensinos Fundamental e Médio – Brasil, Pará, RI Marajó e Municípios, 2018.

Itens Geográficos	Ensino Fundamental Total	Ensino Médio Total
Brasil	17,2	28,2
Pará	29,5	48,0
RI Marajó	41,3	61,0
Afuá	46,5	58,6
Anajás	46,4	72,8
Bagre	47,7	73,5
Breves	45,0	65,4
Cachoeira do Arari	34,8	46,5
Chaves	49,3	68,9
Curralinho	47,1	66,8
Gurupá	48,9	75,8
Melgaço	46,3	67,8
Muaná	35,6	63,0
Ponta de Pedras	28,3	43,2
Portel	50,0	60,8
Salvaterra	30,4	55,2
Santa Cruz do Arari	40,2	63,8
São Sebastião da Boa Vista	33,5	46,3
Soure	30,5	47,8

Fonte: INEP/FAPESPA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

3.2. Saúde

No que diz respeito à saúde, na RI Marajó, a taxa de mortalidade infantil, em 2017, de 14,87 (mortes infantis a cada mil nascidos vivos), foi ligeiramente inferior à taxa apresentada pelo Pará, 15,38. Na região, os municípios com as menores taxas, menos de 10 mortes por mil nascidos vivos, foram Cachoeira do Arari, 3,03; Chaves, 5,48; Bagre, 7,30; e Gurupá, 9,27. Por outro lado, os municípios de Soure, com 34,12, Santa Cruz do Arari, com 23,53, e Muaná, com 20,98, registraram os maiores índices.

Em relação aos Agentes Comunitários da Saúde (ACS), foi considerada a média de cobertura dos municípios componentes da RI. Na região, constam 1.293 ACS, o que representa uma proporção de cobertura de 96,49%, maior que a apresentada para o estado do Pará, de 81,21%. Apenas os municípios de Portel, com 66,73%, e Salvaterra, com 77,18%, não possuem 100% da população estimada coberta.

Quanto às Equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF), em 2018, havia 89 equipes implantadas na RI Marajó, equivalentes a uma proporção de cobertura média de 58,15%, inferior à cobertura apresentada pelo estado, de 59,13%. Até dezembro de 2018, apenas o município de Santa Cruz do Arari alcançou 100% da cobertura, e, entre os municípios com cobertura inferior a 50%, encontravam-se Cachoeira do Arari, com 14,93%, Afuá, com 27,13%, Anajás, com 36,36%, e Curralinho, com 41,21%.

Tabela 05 – Síntese de Indicadores de Saúde do Brasil, Pará e Região de Integração Marajó

Indicadores Saúde	Brasil	Pará	RI Marajó
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos) - 2017	12,38	15,38	14,87
Proporção de Cobertura dos ACS (%) - 2018	64,03	81,21	96,49
Proporção de Cobertura das ESF (%) - 2018	64,19	59,13	58,15
Hospitais - 2018	6.687	247	10
Postos e Centros de Saúde por 10 Mil Habitantes - 2018	2,22	2,47	3,57
Leitos Hospitalares por Mil Habitantes - 2018	2,35	1,93	0,95

Fonte: IBGE/DATASUS, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

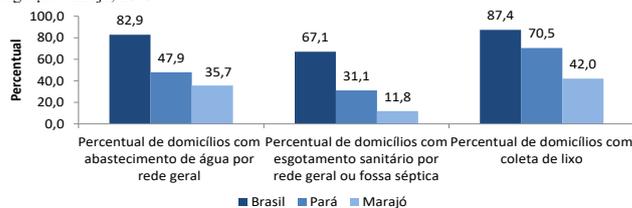
Verificando os indicadores de infraestrutura, a RI Marajó conta com dez hospitais (hospitais gerais), com destaque para o Hospital Regional Público do Marajó, inaugurado em 2010, em Breves, que oferece atendimentos ambulatoriais e hospitalares de maior complexidade, nas especialidades de clínica médica, cirurgia geral, obstetrícia de alto risco, neonatologia, pediatria, cardiologia, oftalmologia, traumatologia-ortopedia, urologia, ginecologia oncológica, mastologia, otorrinolaringologia e medicina intensiva. Em relação aos postos e centros de saúde (por 10 mil habitantes), a taxa apresentada pela RI foi de 3,57, superior à apresentada pelo Pará, de 2,47. Fato este que não se repete quando analisada a taxa de leitos hospitalares por mil habitantes, de 0,95, menor que a taxa do estado, de 1,93.

3.3. Saneamento e Habitação

Alguns dos indicadores de saneamento básico em uma dada população correspondem ao acesso que ela tem ao abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo, imprescindíveis para a promoção da saúde, moradia adequada e sustentabilidade ambiental. Esses indicadores em questão possuem uma defasagem em nível municipal, pois a pesquisa de saneamento é realizada apenas em anos de Censo Demográfico.

O Gráfico 03 mostra os percentuais desses indicadores para o Brasil, Pará e RI Marajó, em 2010. Observa-se, naquele ano, que no Brasil, 82,9% dos domicílios possuíam abastecimento de água por rede geral, 67,1% possuíam esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica e 97% dos domicílios brasileiros tinham coleta de lixo. No estado do Pará, havia, no mesmo ano, 47,9% do total de domicílios com abastecimento de água por rede geral; 31,1% com esgotamento sanitário por rede geral e 70,5% com coleta de lixo regular. Na RI Marajó, a cobertura de abastecimento de água por rede geral era de 35,7% dos domicílios; de esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica era de 11,8%; e 42% dos domicílios contavam com coleta de lixo. A cobertura dos três serviços, na região, encontrava-se abaixo dos percentuais nacional e estadual. A maior preocupação volta-se para o serviço de esgotamento sanitário, inferior a 12% dos domicílios da região.

Gráfico 03 – Percentual dos Indicadores de Saneamento, para o Brasil, Estado do Pará e Região de Integração Marajó, 2010



Fonte: IBGE – Censo 2010.
Elaboração: Fapespa, 2019.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) traz uma atualização amostral para esses indicadores, retendo-se as amostras para o Brasil, Regiões, Unidades Federativas e Regiões Metropolitanas. No Mapa da Exclusão Social 2018, a Fapespa, em um esforço metodológico para visualizar o estado além da Região Metropolitana de Belém (RMB), introduziu em seus resultados o item geográfico “Fora RMB”, que procura incluir indicadores e informações das outras regiões do Pará que não são destaques da pesquisa.

Tabela 06 – Caracterização do Saneamento Básico em Domicílios – Brasil, Pará, RMB e Fora RMB, 2017

Item Geográfico	Percentual de domicílios com abastecimento de água (rede geral)	Percentual de domicílios com água encanada	Percentual de domicílios com esgotamento sanitário (rede geral ou fossa séptica)	Percentual de domicílios com coleta de lixo (direta e em caçamba)
Brasil	85,7	97,2	66,0	90,8
Pará	49,1	89,8	12,2	77,1
RMB	66,7	97,8	32,0	96,3
Fora RMB	42,4	69,9	4,8	69,8

Fonte: PNAD, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Pela dimensão continental do estado do Pará, a questão do saneamento ainda é um grande desafio para o governo. O indicador percentual de domicílios com água encanada mostra a estrutura mínima que o domicílio possui para receber água, independente da forma como ela chega, seja por rede geral, poço artesiano ou outras formas de abastecimento. No Pará, em 2017, 89,8% dos domicílios possuíam água encanada, na RMB, 97,8%, e Fora da RMB, 69,9%.

Ainda sobre o serviço de abastecimento de água, a Companhia de Saneamento do Pará (Cosampa) está presente em oito (Afuá, Anajás, Breves, Cachoeira do Arari, Ponta de Pedras, Portel, Salvaterra e Soure), dos dezesseis municípios que compõem a região Marajó, segundo informações do órgão, de 2017.

Com relação à habitação, o déficit acontece quando o número de famílias censitárias é menor que o número total de domicílios, segundo o IBGE. É calculado como a soma de quatro componentes: **domicílios precários** (soma dos domicílios improvisados e dos rústicos); **coabitação familiar** (soma dos cômodos e das famílias conviventes secundárias com intenção de constituir um domicílio exclusivo); **ônus excessivo com aluguel urbano** (número de famílias urbanas com renda de até três salários mínimos que moram em casa ou no apartamento (domicílios urbanos duráveis) e que dependem 30% ou mais de sua renda com aluguel); e **adensamento excessivo de domicílios alugados** (número médio de moradores por dormitório acima de três).

Pode-se observar na tabela a seguir que o déficit habitacional, em 2010, no estado do Pará, era da ordem de 423.437 domicílios, equivalente a, aproximadamente, 23% do total de domicílios.

Na Região de Integração Marajó, o déficit era de 26,4% do total de domicílios. Em 2010, a componente “domicílios precários” correspondia a 46,1% do déficit total do estado e a 56,6% do total da região. “Coabitação familiar” representava 39,2% do total de domicílios no Pará e a 39,8% no Marajó. Juntas, essas duas componentes representaram, no ano em estudo, cerca de, 87% do déficit no Pará e 96,4% na região Marajó. O ônus excessivo com aluguel urbano era da ordem de 8,3% no estado e 1,7% na região, e o adensamento excessivo de domicílios alugados chegou a 6,4% do total de domicílios no estado e a 1,9% no Marajó.

Tabela 07 – Déficit Habitacional e suas componentes, para o estado do Pará e Região de Integração Marajó, 2010

INDICADOR	PARÁ		MARAJÓ	
	Total	Percentual	Total	Percentual
Déficit Habitacional	423.437	22,78	25.309	26,4
Componentes do Déficit Habitacional				
Domicílios Precários	198.089	46,1	14.544	56,6
Coabitação Familiar	168.684	39,2	10.230	39,8
Excedente de Aluguel	35.841	8,3	438	1,7
Adensamento Aluguel	27.477	6,4	495	1,9
Total Domicílios	1.859.165		95.768	

Fonte: IBGE/CENSO-2010.
Elaboração: Fapespa, 2019.

3.4. Segurança

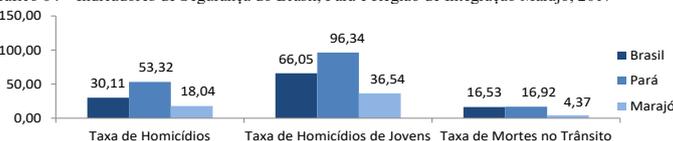
Na área de segurança, considerando as informações do Departamento de Informática do SUS (DATASUS), foram analisados três indicadores norteadores (taxa de homicídios por 100 habitantes, taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos por 100 mil jovens e taxa de mortes por acidentes no trânsito por 100 mil habitantes). Em 2017, a RI Marajó apresentou taxas inferiores às apresentadas pelo estado e pelo Brasil nos três indicadores. Vale destacar que o Pará apresentou taxas superiores às do Brasil para todos os indicadores analisados.

A taxa de homicídios no Pará atingiu 53,32 homicídios, enquanto que na RI esse número foi de 18,04. Portel e Breves apresentaram as maiores taxas, 34,81 e 32,03 homicídios, respectivamente, em contraposição a Curralinho e Santa Cruz do Arari, que não apresentaram casos de homicídios.

A taxa de homicídios, com recorte na população jovem, apresentada, em 2017, pela RI Marajó, 36,54 homicídios a cada 100 mil jovens, foi inferior à taxa estadual, de 96,34 homicídios a cada 100 mil jovens. Novamente Portel e Breves apresentaram as maiores taxas entre os municípios da região, com 94,29 e 77,03 homicídios por 100 mil jovens, respectivamente. Os municípios de São Sebastião da Boa Vista, Muaná, Santa Cruz do Arari e Curralinho não apresentaram casos de homicídios de jovens de 15 a 29 anos.

A taxa de mortes por acidente no trânsito, em 2017, para a RI Marajó foi de 4,37 mortes, inferior à do Pará, 16,92 mortes. Os municípios que apresentaram as maiores taxas foram Salvaterra, 25,98 mortes, e Cachoeira do Arari, 12,98 mortes, enquanto Afuá, Anajás, Bagre, Chaves, Curralinho, Gurupá e Melgaço não apresentaram casos de mortes no trânsito.

Gráfico 04 – Indicadores de Segurança do Brasil, Pará e Região de Integração Marajó, 2017



Fonte: IBGE/DATASUS, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.